

INOVAÇÃO SOCIAL COMO FERRAMENTA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR EM CONTEXTOS COMUNITÁRIOS

Autoras: Franciele Cardoso Nunes (Universidade FEEVALE/UNISINOS; francielecardoso@unisinos.br); e Rafaely da Silva Reggiori (UCS;silvareggiori@gmail.com).

RESUMO EXPANDIDO: Ensaio

Problematização do tema

A pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, provocou uma crise sanitária global e intensificou desigualdades sociais já estruturais. No Brasil, entre os impactos mais significativos, destaca-se a deterioração da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de parcelas expressivas da população. Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 (IBGE, 2021) mostram que, em 2020, cerca de 19 milhões de brasileiros viviam em lares com insegurança alimentar grave, o que significa que enfrentavam a fome regularmente.

Nesse contexto, a inovação social se configura como uma alternativa estratégica para enfrentar essas desigualdades. Enquanto a inovação tecnológica se concentra na criação de novos produtos, serviços ou processos produtivos, a inovação social tem como foco principal a reconfiguração de práticas, relações e estruturas sociais com o objetivo de promover mudanças significativas no contexto sociocultural. Trata-se de um processo voltado para o desenvolvimento de soluções colaborativas que fortaleçam o capital humano e social, preservem o capital natural e, ao mesmo tempo, gerem valor econômico sustentável (Manzini, 2008). Essas inovações só se concretizam por meio da cocriação com as comunidades, envolvendo seus membros como protagonistas na identificação de necessidades, na elaboração de estratégias e na implementação de soluções que promovam o bem-viver coletivo e a justiça social, ou seja, é um processo que nasce internamente nas comunidades e grupos, não uma solução estritamente externa. Segundo Ouden (2012), o valor social é construído nas relações interpessoais, na sensação de pertencimento, na responsabilidade social e na promoção de uma vida significativa e digna para todos. Desta maneira, concebe-se a inovação social como um mecanismo sistêmico para minimizar estruturas que perpetuam a exclusão. É importante mencionar que este ensaio trata especialmente da alimentação, mas a inovação social pode ser



empregada em diversos contextos, principalmente no campo dos insumos culturais, por exemplo, artesanato e folclore.

A insegurança alimentar no Brasil está profundamente ligada a fatores como concentração de renda, desemprego, precarização do trabalho e falhas nos sistemas de distribuição de alimentos. A pandemia agravou esses problemas ao interromper cadeias produtivas locais, reduzir a renda familiar e sobrecarregar os sistemas públicos de assistência. Diante disso, emergiram iniciativas comunitárias espontâneas, como cozinhas, hortas urbanas e bancos de alimentos solidários. Embora essas ações tenham sido essenciais, muitas enfrentam desafios de sustentabilidade, escala e replicabilidade, como aponta Bignetti (2011), que destaca a escassez de recursos e a falta de estruturação como barreiras para a continuidade desses projetos.

Portanto, a problematização central deste ensaio é: como a inovação social pode ser instrumentalizada como ferramenta para promover a segurança alimentar e nutricional em comunidades vulneráveis, de forma sustentável e escalável? Para responder a essa questão, analisa-se as características da inovação social, os modelos de co-criação comunitária e as estratégias de disseminação que permitem transformações sistêmicas no acesso à alimentação.

Objetivo

Logo, o objetivo deste ensaio é analisar o papel da inovação social como mecanismo para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional em contextos de vulnerabilidade social no Brasil, com foco nas experiências emergentes durante e após a pandemia de COVID-19. Pretende-se demonstrar que a inovação social, quando baseada na co-criação, na colaboração e na sustentabilidade, tem potencial para gerar mudanças estruturais no acesso à alimentação.

Processo analítico com fontes de informações

A análise desenvolvida neste ensaio é de natureza qualitativa e teórica, baseada em revisão bibliográfica de autores referência no campo da inovação social, design para sustentabilidade e políticas públicas de alimentação. As fontes primárias incluem obras de Manzini (2008; 2017), Mulgan (2010), Ouden (2012), Bignetti (2011) e Freire, Del Gaudio e Franzato (2016), além de documentos oficiais do IBGE e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN).

A metodologia adotada combina análise conceitual e estudo de caso indireto, a partir de exemplos documentados na literatura, em relatos de organizações da sociedade civil e na vivência das pesquisadoras em cozinhas solidárias. Utiliza-se a análise temática para organizar



os dados em eixos: conceitos de inovação social, relação com a segurança alimentar, modelos de disseminação e desafios contextuais.

Formas de analisá-las

Uma das definições para inovação social, contida em Manzini (2008) indica tratar-se de um processo de criação de novas formas de vida em sociedade, com foco na sustentabilidade e na participação ativa dos cidadãos. Diferentemente das inovações tradicionais, que são impulsionadas por mercados ou governos (top-down), que pode ser entendido como começa do geral para o específico, ou de cima para baixo, as inovações sociais emergem de forma colaborativa (bottom-up), ou seja, de forma horizontal, a partir das necessidades reais das comunidades. Jegou e Manzini (2006) reforçam que essas inovações envolvem mudanças de comportamento, não apenas tecnológicas, e são em maioria impulsionadas por comunidades criativas que desafiam modos tradicionais de produção e consumo.

Bignetti (2011) indica que a inovação social é um conceito ainda amplo e em construção, mas que pode ser entendida como a cooperação entre indivíduos para resolver problemas sociais não atendidos.

Nesse sentido, ela não se limita a ONGs ou instituições, mas envolve cidadãos, cooperativas, movimentos sociais e empresas com propósito social. Neste contexto, Manzini (2008) indica que a inovação social pode atuar por meio de soluções habilitantes, termo que utiliza para designar sistemas de produtos, serviços e comunicação que capacitam comunidades a gerirem suas próprias soluções. Exemplos incluem:

- Hortas urbanas comunitárias: iniciativas como o "Projeto Cidades Comestíveis", em São Paulo, promovem o cultivo coletivo de alimentos em espaços públicos, fortalecendo vínculos sociais e garantindo acesso a insumos alimentícios.

- Cozinhas comunitárias solidárias: multiplicadas durante a pandemia, essas cozinhas são organizadas por moradores e voluntários, utilizando doações e recursos locais para produzir refeições diárias.

- Feiras de troca e bancos de alimentos: redes de troca de excedentes agrícolas entre agricultores familiares e comunidades urbanas.

Essas iniciativas exemplificam a lógica da cocriação, em que os beneficiários são também coautores das soluções. Além disso, elas promovem capital social (confiança, reciprocidade e pertencimento) essencial para a sustentabilidade a longo prazo. Destaca-se neste contexto, que muitas dessas iniciativas poderiam gerar capital financeiro (ou mais capital)

para os grupos e comunidades criadoras, contudo, obviamente é preciso pensar em políticas públicas neste sentido.

Desta maneira, Murray, Caulier-Grice e Mulgan (2010) propõem cinco modelos de crescimento para inovações sociais:

1. Princípios e ideias gerais que se difundem através da promoção e persuasão de um movimento (por exemplo, a ideia da cooperativa de consumidores);

2. Princípios e ideias projetuais que incorporam e evoluem o padrão anterior e se difundem espontaneamente por meio das redes profissionais e outros tipos de redes (por exemplo, os doze passos do programa dos alcoólatras anônimos);

3. Programas específicos que incorporam e evoluem os padrões anteriores e se difundem programaticamente por meio das redes profissionais e outros tipos de redes, recebendo auxílios econômicos e/ou técnicos (por exemplo, os programas de tratamentos dos toxicodependentes de heroína com o uso de metadona);

4. Estratégias de franchising que incorporam e evoluem os padrões anteriores e se difundem por meio de uma organização que fornece suporte técnico aos franquiados e garante sua qualidade (por exemplo, o crescimento do banco Grameen, voltado ao financiamento de pequenos empreendimentos, em Bangladesh);

5. Estratégias de crescimento orgânico que incorporam e evoluem os padrões anteriores e se difundem através do crescimento orgânico de uma organização singular com uma governança comum (por exemplo, Amnesty International).

Por exemplo, aplicado ao campo da alimentação, o modelo de franchising social poderia ser adaptado para replicar cozinhas comunitárias com apoio de organizações parceiras, fornecendo treinamento, infraestrutura e financiamento inicial. Já o crescimento orgânico se aplica a redes locais de agricultura familiar que se expandem por meio de associações regionais.

Tem-se nesses direcionamentos contextos promissores para enfrentar a insegurança alimentar, especialmente em contextos de vulnerabilidade, pois ao valorizar a participação comunitária, a cocriação e a sustentabilidade, rompe-se com modelos assistencialistas e promove-se empoderamento social. Neste cenário, as experiências vivenciadas durante a pandemia são um exemplo de que, mesmo diante da crise, é possível construir soluções coletivas e resilientes.

No entanto, para que essas iniciativas se tornem sistêmicas, é necessário conceber os desafios estruturais, para que seja possível minimizá-los. Um caminho já citado é a articulação da inovação social com políticas públicas, garantindo, por exemplo, financiamento sustentável

(por meio de editais, fundos sociais ou parcerias público-privadas) e criar redes de apoio técnico e logístico. Além disso, é estratégico reconhecer a inovação social como parte de uma transformação cultural, uma mudança nos modos de ser, pensar e fazer, como propõe Manzini (2008). E aqui, novamente fala-se de termos estruturais, tanto os sociais, quanto os mentais, desta forma, uma aliada relevante é a educação, o conhecimento e o estímulo ao senso crítico das comunidades e grupos, o que pode inclusive preservar essas comunidades de apropriação externa de suas ideias.

Considerações Finais

Este ensaio versou sobre alguns dos conceitos que compõem a inovação social, um deles, a sustentabilidade, e neste cenário, vale destacar, caberia a inclusão dos direcionamentos contidos nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os ODS, que podem ser trabalhados com linguagem acessível e didática em diversos contextos.

O caminho para a segurança alimentar passa por justiça, colaboração e participação. A inovação social, nesse sentido, é uma ferramenta para reimaginar a sociedade. Ao fortalecer o pensamento comunitário, promover o bem-estar coletivo e gerar valor social, ela se torna uma possibilidade para um futuro mais equitativo e sustentável.

Referências:

- BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/1040. Acesso em: 18 ago. 2025.
- FREIRE, Karine; DEL GAUDIO, Chiara; FRANZATO, Carlo. Estratégias de inovação social dirigida pelo design praticadas nos ecossistemas criativos. **Revista Online de la Red Internacional de Investigación en Diseño**, Valência, v. 2, n. 2, p. 236–249, nov. 2016.
- MANZINI, Ezio. **Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E papers, 2008.
- MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. **The open book of social innovation**. London: Young Foundation/NESTA, 2010.
- OUDEN, Elke. **Innovation design: creating value for people, organizations and society**. New York: Springer, 2012.

Palavras-chave: segurança alimentar; inovação social; co-criação.



Fonte(s) de financiamento/apoio: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Conflito de interesses: Não há conflito de interesse a declarar.